

Instituto Sou da Paz

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do

Instituto Sou da Paz

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Sou da Paz (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sou da Paz em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

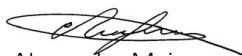
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de julho de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Alexandre Mai
Contador CRC 1SP215290/O-4

Instituto Sou da Paz

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.485.837	4.686.849	Fornecedores		47.876	5.987
Recursos vinculados a projetos	5	738.338	2.284.040	Obrigações trabalhistas e tributárias	8	365.600	411.711
Outros créditos	6	80.705	70.219	Receitas diferidas	10.c	71.762	861.094
Total ativo circulante		6.304.880	7.041.108	Outras contas a pagar	9	169.781	169.781
				Obrigações para projetos não realizados	10.a	776.397	2.312.726
Não circulante				Total do passivo circulante		1.431.416	3.761.299
Ativo realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais	11.a	122.771	45.410	Receitas diferidas	10.c	-	71.762
Total ativo realizável a longo prazo		122.771	45.410	Total do passivo não circulante		-	71.762
Imobilizado	7.1	199.615	221.862	Patrimônio líquido			
Intangível	7.2	-	620	Patrimônio social		3.475.939	1.724.505
		322.386	267.892	Superávit do exercício		1.719.911	1.751.434
Total do ativo não circulante				Total do patrimônio líquido		5.195.850	3.475.939
Total do ativo		6.627.266	7.309.000	Total do passivo e patrimônio líquido		6.627.266	7.309.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais líquidas			
Sem restrição			
Receitas operacionais	14	4.473.245	4.673.918
Receita com trabalho voluntário e gratuidades	15.c	79.647	57.169
		4.552.892	4.731.087
Com restrição			
Receitas de projetos restritos		3.008.552	2.097.418
Receitas financeiras - com restrição	17	55.418	24.366
	10.a	3.063.970	2.121.784
Total de receitas operacionais líquidas		7.616.862	6.852.871
Custos e despesas operacionais			
Sem restrição			
Despesas com pessoal e encargos sociais	15.a	(1.883.870)	(1.811.624)
Despesas gerais e administrativas	15.b	(1.041.139)	(1.170.525)
Provisão para perdas	5.c	(4.500)	(784)
Despesas com trabalho voluntário e gratuidades	15.c	(79.647)	(57.169)
		(3.009.156)	(3.040.102)
Custos e despesas operacionais			
Com restrição			
Custos com execução de projetos	10.b	(3.063.970)	(2.121.784)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		1.543.736	1.690.985
Resultado financeiro			
Receitas financeiras - sem restrição	16	227.719	84.283
Despesas financeiras	16	(51.544)	(23.834)
Resultado financeiro líquido		176.175	60.449
Superávit do exercício		1.719.911	1.751.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	1.719.911	1.751.434
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>1.719.911</u>	<u>1.751.434</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2020	<u>3.142.020</u>	<u>(1.417.515)</u>	<u>1.724.505</u>
Incorporação do déficit do exercício	(1.417.515)	1.417.515	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>1.751.434</u>	<u>1.751.434</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.724.505</u>	<u>1.751.434</u>	<u>3.475.939</u>
Incorporação do superávit do exercício	1.751.434	(1.751.434)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>1.719.911</u>	<u>1.719.911</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>3.475.939</u>	<u>1.719.911</u>	<u>5.195.850</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.719.911	1.751.434
Ajustes do resultado do exercício		
Depreciação e amortização - sem restrição	66.260	62.601
Depreciação e amortização - com restrição	16.826	9.306
Baixa de intangível	620	-
(Aumento) redução nos ativos		
Depósitos judiciais	(77.361)	-
Outros créditos	(10.486)	(52.062)
Recursos vinculados a projetos	1.545.702	(1.575.359)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	41.889	(8.686)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(46.111)	4.874
Receitas diferidas	(861.094)	(944.432)
Obrigações para projetos não realizados	(1.536.329)	1.391.890
Fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais	<u>859.827</u>	<u>639.566</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível - sem restrição	(13.638)	-
Aquisição de imobilizado e intangível - com restrição	(47.201)	(59.430)
Fluxos de caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(60.839)</u>	<u>(59.430)</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>798.988</u></u>	<u><u>580.136</u></u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.686.849	4.106.713
No fim do exercício	<u>5.485.837</u>	<u>4.686.849</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>798.988</u></u>	<u><u>580.136</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Sou da Paz (“Instituto” ou “ISDP”) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, de âmbito nacional, e tem como missão contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção de violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área.

As estratégias que orientam o Instituto nesta missão de prevenir e reduzir a violência no Brasil estão voltadas para as seguintes atividades:

- Controle de armas e munições;
- Fortalecimento e participação comunitária;
- Democratização da informação;
- Diagnósticos e planos locais de prevenção;
- Aprimoramento da atividade policial e da gestão de segurança pública; e
- Ações integradas focadas nos grupos e lugares mais afetados pela violência.

O Instituto seguiu o seu plano quinquenal (2019 - 2023) em 2021 para transformar a realidade da segurança pública brasileira a partir da visão: 'Acreditamos em um Brasil mais justo e menos violento, com capacidade de superar a impunidade dos crimes violentos e uma sociedade participativa e engajada na mudança!'. O Impacto da pandemia e do distanciamento social obrigou o Instituto a rever estratégias e a criar novas formas de trabalho e interação.

Implementamos o trabalho remoto em prol da saúde e segurança dos nossos colaboradores, sem deixar de lado a entrega e o resultado que nos comprometemos a alcançar. O contexto político e as sucessivas tentativas de desmonte da política nacional de controle de armas empreendida pelo governo federal obrigou o Sou da Paz a fortalecer ainda mais sua estratégia de contenção de retrocessos. Dedicamos parte expressiva da nossa força de trabalho a mobilizar diversos fatores, denunciar e barrar as medidas adotadas pelo governo sem debate com a sociedade e antidemocráticas. No campo institucional, avançamos na implementação da política da promoção de equidade racial e de gênero e inauguramos o comitê de diversidade, constituído por membros da própria equipe.

Sempre em busca de transformar a realidade da violência que afeta a todos promovendo uma sociedade mais justa e segura, seguimos atuando em duas frentes prioritárias que agregam os projetos executados:

Investigação a favor da redução da violência

É fundamental lidar com a baixa prioridade e a falta de resposta aos crimes violentos, especialmente os homicídios, direcionando recursos para esclarecer esses crimes e usando inteligência para preveni-los e, ao mesmo tempo, responder de forma mais eficiente aos crimes menos graves. Para esclarecer homicídios e crimes violentos é fundamental também tirar as armas ilegais de circulação e rastrear seu percurso dentro e fora do país, reduzindo a disponibilidade desse importante vetor da violência.

Mais gente engajada por melhores políticas de segurança

Acreditamos que o país precisa de mais pessoas discutindo e pautando o tema da segurança pública de forma qualificada e representativa. A sociedade precisa saber quais políticas realmente funcionam para exigi-las de seus governantes e participar da sua construção. Somente com a sociedade brasileira demandando e participando ativamente da construção de políticas públicas eficientes e democráticas na segurança pública é que o país conseguirá reduzir a violência.

(i) *Projetos executados ao longo do ano*

- **Índice Nacional de Esclarecimento de Homicídios (*Reducing and refocusing detention - Fundo Brasil Direitos Humanos/OAK*):** Apesar da transparência ser parte da solução, o Brasil não sabe informar quantos homicídios são esclarecidos pelos estados. O Sou da Paz trabalhou para ampliar esse acesso e priorizar o esclarecimento como caminho para redução desse crime. A 4ª edição do estudo sobre “Onde Mora a Impunidade - Porque o Brasil precisa de um indicador nacional de esclarecimento de homicídios”, 17 estados esclarecem 44% de homicídios; os destaques ficam para os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina que apresentaram percentual de 89% e 83%, respectivamente; 10 estados brasileiros não foram capazes de informar quantos homicídios esclareceram ou enviaram dados incompletos.
- **Modelo integrado de controle de armas e munições no Espírito Santo - OSF:** Após anos de parcerias técnicas com diversos estados, desenvolvemos um modelo integrado de controle de armas que leva em consideração todo o fluxo de circulação das armas e munições desde a sua fabricação e venda, registro adequado, apreensão e investigação de origem de armas envolvidas em crimes e o estabelecimento de fluxos de cooperação entre a Polícia Federal, o Exército e Secretarias de Segurança Pública. Em 2020 e 2021, implementamos um projeto-piloto deste modelo integrado de controle de armas em parceria com o Governo estadual do Espírito Santo. Como parte da parceria, analisamos o perfil e circunstâncias de apreensão de mais de 8 mil armas tiradas da mão do crime e as recomendações propostas pelo Sou da Paz foram implementadas pelo governo local, resultando em melhor integração entre as polícias estaduais, melhor registro das armas apreendidas e no uso dessa informação para promover operações policiais mais seguras e mais eficientes.
- **Aripuanã - Cidade Segura - NEXA:** Fortalecemos a atuação de Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), na cidade de Aripuanã, no Mato Grosso. O projeto tem como objetivo, consolidar uma rede de pessoas capacitadas e engajadas em discutir, analisar, planejar e implementar um plano de ação integrado para a solução dos problemas comunitários de segurança deste município. O projeto foi encerrado em dezembro de 2021, após duas rodadas de capacitação do CONSEG Aripuanã, assim o acompanhamento e realização de reuniões periódicas com integrantes do CONSEG e instituições da área de Segurança Pública no município.

- **EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF:** Devido a dificuldades com a articulação com a SENASP/MJ, reformulamos o escopo do projeto para apresentar uma agenda de propostas para a segurança pública para a cidade de São Paulo no âmbito das eleições municipais de 2020. A agenda “**São Paulo Mais Segura: Por uma cidade que protege todos**” se insere na tradição do instituto em elaborar agendas eleitorais, com vistas ao debate propositivo no campo da segurança de propostas baseadas em evidências técnicas, pensadas como políticas de Estado e voltadas ao longo prazo. A agenda foi apresentada a todos os(as) candidatos(as) a prefeito(a) e também debatida na imprensa.
- **Rede Liberdade (Aliança) - Laudes, OSF, NED e ICS:** O ISDP seguiu incubando o projeto Rede Liberdade, antigo Aliança, que coordena ações jurídicas e judiciais para defesa de direitos fundamentais e garantia de liberdades individuais em casos emblemáticos de violações. Sua atuação consiste essencialmente na articulação de uma rede composta por advogados, defensores públicos, representantes dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais e entidades do terceiro setor para a Defesa de Liberdades - liberdade de opinião, expressão e de ensino, e Defesa de Direitos Humanos - considerando temas transversais como raça, etnia, sexualidade, meio ambiente, religião e costumes. Para articulação desta rede ao longo do ano foram executados os seguintes projetos: Rede Liberdade (Laudes), Aliança (OSF), Rede Liberdade (OSF), Defendendo Direitos Humanos (NED) e Ação Civil Pública (ICS).
- **Diretrizes nacionais de esclarecimento de homicídios (Professional Murder Investigations Guidelines) - Haddad Foundation :** Estamos promovendo a criação uma rede de especialistas em investigação de homicídios para elaborar e disseminar as Diretrizes Nacionais de Esclarecimento de Homicídios, capazes de superar os principais desafios da investigação e ajudar os estados a darem resposta aos crimes violentos cometidos contra seus cidadãos. Lançamos a publicação “Diagnóstico dos Inqueritos Policiais de Homicídios na cidade de São Paulo”, que analisa as principais características dos assassinatos e suas investigações. Promovemos dois ciclos de workshops e seminários com profissionais de diversos estados brasileiros e a participação de especialistas do Canadá e do Chile . Também participamos do 2º Encontro de Diretores de Departamentos de Homicídios, realizado em Canela/RS, que contou com a participação de gestores de departamentos de homicídios das 27 unidades da federação.
- **Advocacy no Poder Legislativo Federal Parlamento em defesa da segurança cidadã - Lafer:** Este projeto tem o objetivo de defender, promover e disseminar uma atuação parlamentar, no campo da Segurança Pública e Justiça Criminal, pautada na defesa dos valores da República, do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos, dos direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Brasileira e também em evidências técnicas e científicas consolidadas, em detrimento de abordagens populistas, promotoras de violência institucional ou policial. O projeto englobava uma miríade de ações de *advocacy* do Sou da Paz, voltadas para a pauta federal no campo da segurança pública. As principais atividades eram o acompanhamento do Congresso Nacional, com a mobilização de parlamentares parceiros, atentando para a diversidade entre os partidos e regiões de origem destes parlamentares, para ampliar a interlocução e legitimidade das agendas defendidas pelo Instituto. O projeto também envolveu a publicação de pesquisas, como a análise dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional no campo da segurança pública e justiça criminal, estudo que o Sou da Paz publica regularmente desde 2016.

Armas estrangeiras na violação de direitos – TdH

Com o objetivo de incentivar uma revisão das políticas de exportação de armas de países europeus para o Brasil, analisamos o uso de armas estrangeiras em casos de violações de direitos humanos no país. Documentamos um panorama da violência armada no Brasil, documentamos de forma aprofundada alguns casos de violações de direitos com o uso de armas estrangeiras e realizamos a análise inédita do perfil de mais de 80 mil armas apreendidas em quatro estados e também pelas polícias federais. O documento também demanda do governo federal brasileiro a melhoria de práticas relacionadas ao controle de armas e controle de uso da força.

Projeto Frente de Armas: Impacto da violência armada no Brasil – Ford

No âmbito da estratégia de fortalecimento da política de controle de armas, desenvolvemos a pesquisa sobre impactos da violência armada na mortalidade e nos agravos à saúde da população, assim como sobre os custos da violência armada no sistema de saúde brasileiro, a partir dos dados dos sistemas de informações do Ministério da Saúde. Na primeira abordagem as análises priorizaram os recortes racial e de gênero e trataram da participação da arma de fogo na violência letal e não letal cometida contra mulheres e da permanente desigualdade racial na vitimização fatal e não fatal provocada por agressões com arma de fogo, instrumento utilizado na grande maioria dos homicídios cometidos no país, e resultaram em duas publicações (com versão em português e em inglês). A abordagem dos custos resultou em uma terceira publicação que trata da estimação e análise dos gastos com o tratamento de vítimas de arma de fogo atendidas na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde brasileiro, em um primeiro esforço para produzir informações sobre o impacto da violência armada no campo da saúde. As publicações repercutiram amplamente no debate público e ofertaram um forte conjunto de indicadores que subsidiam ações de advocacy pela promoção do controle de armas e redução da letalidade armada.

Policiais Candidatos - Should Brazil fear political contamination in its police *an military forces?* – OSF

O Sou da Paz busca estudar a tendência de politização das forças policiais e militares devido ao aumento recente de membros dessas forças que concorrem a cargos eletivos. Iniciamos a pesquisa sobre o fenômeno que temos chamado de “policialismo” com as **candidaturas a prefeito de ex-policiais e militares durante as eleições municipais**. Em continuidade à pesquisa, o Instituto lançou seu primeiro *podcast*, em maio de 2022, justamente tratando deste tema e já orientando a análise ao período eleitoral que se aproxima. O *podcast* tem 4 episódios e conta com diversos especialistas, entre pesquisadores, policiais e políticos, que abordam o tema em seus vários aspectos.

Enfrentamento e prevenção ao COVID - OSF

Com a anuência da Fundação CASA, o projeto buscou dialogar e acolher a percepção e sentimentos dos adolescentes neste período de pandemia com o impacto da interrupção das visitas familiares nos centros educativos, abordando os afetos, suas formas de manifestação e a importância do cuidado neste momento delicado e complexo de crise sanitária. Em parceria com os programas executores das medidas em meio aberto, o projeto amplificou a voz dos adolescentes e dos profissionais, por intermédio dos *podcasts* “Resenhas na Pandemia” e “Temos Direito de Sonhar”. Os *podcasts* tornaram-se ferramentas socioeducativas no acompanhamento dos adolescentes no período da pandemia e foram amplamente divulgados nas mídias sociais. Além disso, foi possível contribuir com a segurança alimentar de 98 famílias atendidas nos SMSE-MA parceiros.

Democracia e Segurança Pública - NED

O projeto que teve por objetivo fortalecer políticas de segurança pública democrática e pautadas pelos direitos humanos teve duas frentes. A primeira delas foi uma campanha de comunicação digital, disseminada nas nossas redes sociais, que discutiu a importância da participação na defesa de uma segurança pública com base na lei, na Constituição brasileira e que rejeite aspectos autoritários e anti direitos humanos que contaminam este debate. Outra frente foi o fortalecimento da transparência e do controle social dessas políticas por meio de uma formação composta por oficinas práticas sobre acesso a dados de segurança pública, Nesta frente, capacitamos jornalistas e comunicadores para promover transparência de informações sobre fenômenos e políticas de segurança no Brasil em seus territórios.

O programa já percorreu os estados das regiões Sudeste, Norte, Norte e Centro-oeste e em breve abrirá inscrições para comunicadores da região Sul do país.

Rede de Jornalistas - TdH

O objetivo da rede é proporcionar trocas entre jornalistas e comunicadores das periferias sobre levantamento e produção de reportagens com dados de segurança pública que impactem suas localidades e o país. A rede está sendo formada por jornalistas de todos os estados do Brasil participantes do Programa de Jornalismo de Dados de Segurança Pública e Direitos Humanos.

Respeito à vida - AMBEV

O Instituto firmou parceria com o governo do estado de São Paulo, com apoio da AMBEV, com objetivo de desenvolver um projeto de cooperação para fortalecer o programa estadual de redução de acidentes e fatalidades no trânsito Respeito à Vida (Acordo de Cooperação 04/02/2020). A partir da análise de dados do Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo (Infosiga SP), foi elaborado um diagnóstico sobre os acidentes de trânsito no estado de São Paulo e apresentada uma proposta de sistematização de novos indicadores que venham aprimorar o monitoramento dos acidentes e fatalidades no trânsito paulista. Foram também elaborados e divulgados boletins de análise dos acidentes, com destaque para o impacto do isolamento social determinado em razão da pandemia Covid-19 no comportamento no trânsito.

Pesquisas Armas Desviadas - Itaú

O projeto de pesquisa buscou analisar desvios de armas no Estado de São Paulo e como este fenômeno interfere no mercado criminal. Foram analisados 10 anos de boletins de ocorrência de furtos, roubos e desvios de armas e comparado com os dados de armas apreendidas para comparação de perfil. O relatório final foi batizado de “Desvio Fatal” foi lançado em fevereiro de 2022 com destaque no programa Fantástico da Rede Globo e também no Jornal o Estado de São Paulo. Disponível em: <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/control-de-armas/as-armas-do-crime/?show=documentos#5825>.

(ii) **Investimentos institucionais**

Desenvolvimento institucional

O financiamento institucional é fundamental para o desenvolvimento dos projetos do ISDP, dando suporte para a manutenção da sede física e apoio financeiro para projetos que não constam com investimentos direcionados. Através da Open Society Foundation, TVML Foundation, Ford Foundation, Instituto Lemann, Banco Itaú, Instituto Galo da Manhã os apoios institucionais ainda dão subsídios para que a organização tenha recursos para manter as equipes das áreas meio como Administrativo e Comunicação, investimentos em tecnologia e segurança digital e para o desenvolvimento de planos de gestão para resultado, planejamento estratégico, programa de equidade e diversidade, captação de recursos e fortalecimento institucional.

Boletim ‘Sou da Paz Analisa’

Os dados criminais e estatísticas oficiais da violência no Estado de São Paulo são publicados de maneira pouco acessível. Isso afasta a população de demandar respostas para seus problemas de segurança com base em evidências. O Instituto promove maior transparência facilitando a compreensão destas informações, disseminando na imprensa achados importantes, propondo caminhos para melhorar a prevenção e repressão da violência no estado e aproximando os dados da população em Boletins Trimestrais batizados de Sou da Paz Analisa. Além disso, foi implementada em 2021 uma plataforma online para acesso aos dados criminais, chamada Sou da Paz Analisa Dados Online. Para esse projeto são utilizadas verbas institucionais.

Ao longo do ano corrente, os seguintes projetos foram encerrados:

- EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF
- Aripuanã Cidade Segura - Nexa
- Rede Liberdade (Aliança) - OSF
- Armas Estrangeiras na violação de direitos - TdH
- Pesquisas Armas Desviadas -Itaú
- Enfrentamento e Prevenção à COVID-19 - OSF
- Advocacy no Poder Legislativo - Lafer

1.1 Pandemia da COVID-19

Iniciamos o ano de 2021 ainda em regime de trabalho remoto devido ao surto do coronavírus (COVID-19) variante ômicron e observando e avaliando os impactos deste novo surto nas operações e nas demonstrações financeiras, a fim de implementar medidas para mitigar riscos.

Os projetos ainda em fase de captação, mas com boas perspectivas de renovação por parte dos financiadores que sinalizaram positivamente a continuidade dos repasses, da mesma forma os apoiadores institucionais renovaram os seus aportes para o ano, inclusive com novo apoiador descrito na nota explicativa nº 21.

Com o retrocesso da pandemia oriundo do coronavírus e com o avanço concreto do calendário de vacinação, a Administração está buscando implementar um novo formato, seguro, de trabalho híbrido com retorno presencial previsto para reuniões estratégicas e de engajamento da equipe para novos projetos e ações institucionais. Ainda não há uma definição por parte da Administração de como funcionará este novo modelo de trabalho, apenas a certeza de que não será da forma convencional adotada antes da pandemia.

Algumas ações de projetos que acontecem em territórios periféricos foram retomadas pelas equipes que trabalham em campo, da mesma forma as reuniões e viagens para encontros previstas em projetos, seminários internacionais e audiências públicas em Brasília já contam com representantes do Sou da Paz de forma presencial, respeitando os protocolos de segurança.

Até a conclusão deste relatório, o Instituto já havia recebido as seguintes doações para a continuidade de suas operações no decorrer do ano de 2022 e próximos.

- Mackenzie Scott (USD 1,200,000)
- Open Society Foundation (USD 600,000) 2022-2024
- Banco Itaú (R\$ 200.000)
- Haddad Foundation (USD 43,500)
- Instituto Galo da Manhã (R\$ 80.000)
- Instituto República.br (R\$ 40.005)
- KPX Participações (R\$ 5.398)
- Fundo Brasil Direitos Humanos (R\$ 109.478)
- Pessoas físicas (R\$ 82.000).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1).

A emissão das demonstrações foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 4 de julho de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todos os saldos estão apresentados em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A Administração não identificou incertezas relacionadas à julgamentos, premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar num ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo custo amortizado ou pelo seu valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), cujo vencimento original seja de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações desses projetos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, projetos vinculados a executar e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2021, incluindo operações de *hedge*.

Hierarquia do valor justo

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** - A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;

- **Nível C** - Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, o Instituto deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O Instituto reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19.

3.2 Imobilizado

a. *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	5 anos
Instalações	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

A taxa de depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros segue o prazo de vigência dos contratos de aluguéis firmados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. *Imobilizado - com restrição*

Os itens do ativo imobilizado com restrição são itens adquiridos com recursos financeiros advindos de projetos e que estão vinculados à prestação dos serviços e execução das atividades relacionadas, que ao final do projeto deverão reverter ao patrimônio do Instituto por meio de termo de doação.

3.3 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (*incluindo recebíveis*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração do Instituto não identificou evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.4 Contas a receber

Os valores a receber são compostos por contratos firmados com financiadores, adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e conhecidos.

3.5 Demais ativos

Os ativos são demonstrados pelos valores conhecidos ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidas.

3.6 Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas.

3.7 Obrigações para projetos não realizados

Os valores para projetos não realizados são compostos por valores recebidos e respectivas parcelas a receber dos financiadores de acordo com os contratos firmados, ainda não aplicados nos projetos relacionados. O Instituto denomina como "Administrativo" o controle da movimentação dos recursos utilizados para a manutenção da estrutura compartilhada entre os projetos sede e de recursos humanos de acordo com os critérios de rateio estabelecidos, além daqueles captados com esse fim exclusivo.

3.8 Benefícios a empregados

O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Instituto denomina como "Provisões Trabalhistas" uma conta exclusiva na qual são depositados mensalmente os valores provisionados para o custeio das obrigações de férias, FGTS e INSS.

3.10 Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

3.11 Reconhecimento de receitas

(i) Contribuições

As receitas de contribuições são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e as despesas incorridas.

(ii) Donativos

As doações para financiar os custos e despesas do Instituto são reconhecidas no resultado do exercício para o qual o recurso foi destinado pelo doador. Os valores recebidos por doações e empregados nos projetos são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa em contrapartida à conta de obrigações para projetos não realizados nos passivos circulante e não circulante.
- **Consumo como custos e despesas operacionais:** quando ocorrem os gastos com os projetos, são reconhecidos os custos e despesas operacionais correspondentes, sendo tais gastos reconhecidos em contrapartida ao débito do passivo de obrigações para projetos não realizados nos passivos circulante e não circulante.

(iii) Gratuidades

As receitas com gratuidades são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestador de serviço e o Instituto, adotando o critério de competência.

(iv) Voluntariado

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Instituto sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo e levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida às despesas operacionais também no resultado do exercício.

3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias.

3.13 Apuração do resultado do exercício

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.14 Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

O Instituto apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 19.

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	265	26
Depósitos bancários	149.361	92.700
Aplicações financeiras (a)	5.336.211	4.594.123
Total	5.485.837	4.686.849

a. Aplicações financeiras

	2021	2020
CDB Itaú 00.775-4	1.868.468	462.929
CDB Itaú 00.769-7	785.939	752.851
CDB Itaú 00.787-9	109.681	272.830
CDB Santander 13000882-4	1.625.735	1.954.034
Aplicação Santander 13001005-2	4.926	6.132
Aplicação Automática Santander 13000882-4	61.321	96.245
BB DI PLUS - 23628-4 Institucional	17.429	16.940
BB CDB 23523-7	1.981	1.939
CDB Itaú 00.766-3	31.425	30.217
BB 23523-7 - Renda Fixa	548.862	536.660
CDB Itaú 00.767-1 - Projetos Institucionais Ford	74.357	463.346
CDB Itaú 13505-0 - Projeto em elaboração	201.492	-
Aplicação Automática Santander 13001006-9	4.595	-
Total	5.336.211	4.594.123

O Instituto mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao CDI. O rendimento médio aproximado em 2021 foi de 4,42 % a.a.. (2,76% a.a. em 2020).

O resultado contabilizado em 31 de dezembro de 2021 com receita de aplicações financeiras foi de R\$ 227.719 (R\$ 84.283 em 31 de dezembro de 2020) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em "Receitas com aplicações financeiras".

5 Recursos vinculados a projetos

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projeto ficam registrados na rubrica de "Recursos vinculados a projetos", em contrapartida a obrigações para projetos não realizados no passivo circulante. O Instituto mantém os recursos recebidos aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto.

	2021	2020
Depósitos bancários (a)	39.116	93.196
Aplicações financeiras (b)	699.222	2.190.844
Total	738.338	2.284.040

a. Depósitos bancários

Descrição	Projetos	2021	2020
Itaú S.A. - 00.771-3	Enfrentamento e prevenção ao COVID -IDDD	-	7.487
Itaú S.A. - 00.302-7	EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF	-	228
Itaú S.A. - 00.785-3	Advocacy no Poder Legislativo - LAFER	-	192
Itaú S.A. - 00.766-3	Rede Liberdade - Laudes	96	186
Itaú S.A. - 00.789-5	Modelo Integrado de Controle de Armas - OSF	6.681	265
Itaú S.A. - 00.783-8	Policiais Candidatos - OSF	1.183	43.063
Itaú S.A. - 01.3496-2	Democracia e Segurança Pública - NED	29	6.239
Itaú S.A. - 00.773-9	Pesquisas Armas Desviadas - Itaú	-	25.530
Itaú S.A. - 00.767-1	Projetos Institucionais - FORD	-	251
Itaú S.A. - 00.304-3	Rede Liberdade - OSF	831	154
Itaú S.A. - 01.3502-7	Projeto Frente de Armas - FORD	6.142	9.361
Itaú S.A. - 01.3504-3	Rede Liberdade Defendendo Direitos Humanos - NED	1.469	231
Itaú S.A. - 00296-1	Aripuanã Cidade Segura - NEXA	-	9
Itaú S.A - 00296-1	Rede de Jornalistas - TdH	587	-
Itaú S.A - 13503-5	Rede Liberdade Ação Civil Pública - ICS	22.098	-
Total		39.116	93.196

b. Aplicações financeiras

Descrição	Projetos	2021	2020
CDB Itaú 00.302-7	EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF	-	55.975
CDB Itaú 00.304-3	Rede Liberdade - OSF	-	465.345
CDB Itaú 00789-5	Modelo Integrado Controle de Armas - OSF	97.046	304.829
CDB Itaú 13496-2	Democracia e Segurança Pública - NED	229.802	125.234
CDB Itaú 13502-7	Projeto Frente de Armas - FORD	73.617	150.336
	Rede Liberdade Defendendo Direitos Humanos – NED	-	134.886
CDB Itaú 13504-3	Rede Liberdade - Laudes	-	362.226
CDB Itaú 00766-3	Advocacy no Poder Legislativo - LAFER	-	11.068
CDB Itaú 00785-3	GTI Rede de Proteção Integrada - FUMCAD	55.219	53.425
CDB Itaú 01302-6	Policiais Candidatos - OSF	62.706	300.875
CDB Itaú 00783-8	EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF	17.833	-
CDB Itaú 00773-9	Rede de Jornalistas - TdH	45.304	-
CDB Itaú 00296-1	Armas Estrangeiras - TdH	-	173
Aplic Aut. Santander 13000953-3	Rede Liberdade - OSF	-	7
Aplic Aut. Santander 13000949-2	Respeito à Vida - AMBEV	-	90
Aplic Aut. Santander 13000952-6	Reducing and Refocusing Detention - FBDH/OAK	4.386	178
Aplic Aut. Santander 13000954-0	Diretrizes Nacionais de Investigação de Homicídios - Haddad	2.657	205
Aplic Aut. Santander 13000955-7	Respeito à Vida - Ambev	210	202
CDB Santander 13000952-6	Reducing and Refocusing Detention - FBDH/OAK	9.426	50.633
CDB Santander 13000954-0	Diretrizes de Investigação de Homicídios - Haddad	101.016	175.157
CDB Santander 13000955-7			
Total		699.222	2.190.844

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao CDI. O rendimento médio aproximado em 2021 foi de 4,42 % a.a.. (2,76% a.a. em 2020).

O resultado contabilizado em 31 de dezembro 2021 com receita de aplicações financeiras foi de R\$ 55.418 (R\$ 24.366 em 31 de dezembro de 2020) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em “Receitas financeiras com restrição”.

c. Recursos vinculados

Banco - conta corrente	2021	2020
Fundo de investimento referenciado	216.123	211.623
Provisão para perda	(216.123)	(211.623)
Total	-	-

A aplicação financeira (fundo de investimento referenciado) no montante de R\$ 216.123 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 211.623 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à conta investimento restrita (bloqueada) em nome do Instituto, sua composição refere-se à recursos de um projeto já finalizado, em que o Instituto utilizou recursos próprios para sua execução. Devido à demora nos trâmites internos do Ministério do Esporte na liberação dos recursos constantes na conta, o Instituto tomou medidas administrativas e jurídicas para a liberação desses recursos, aguardando que qualquer uma destas solucione a questão.

6 Outros créditos

	2021	2020
Impostos a recuperar (a)	4.049	43.863
Adiantamento de salários	3.522	-
Adiantamento de férias	26.634	26.356
Caução aluguel (b)	46.500	-
Total	80.705	70.219

- (a) O saldo em questão refere-se à INSS pago em duplicidade.
- (b) Em 02 de março de 2021, o ISDP celebrou aditivo de contrato com a proprietária do imóvel alterando a cláusula de garantia se seguro fiança para caução em dinheiro correspondente ao depósito de 3 meses de aluguéis. O prazo final do contrato não foi alterado. Imobilizado e intangível

7 Imobilizado e intangível

7.1 Imobilizado

Consolidado - Com e Sem restrição

Saldos	2021			2020	
	Taxas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	20%	137.627	(101.689)	35.938	49.872
Instalações	20%	48.963	(48.909)	54	201
Computadores e periféricos	20%	230.102	(186.114)	43.988	8.579
Máquinas e equipamentos	10%	82.998	(66.320)	16.678	21.083
Benfeitoria em imóveis de terceiros	25%	154.657	(107.881)	46.776	86.871
Máqs e equips - Modelo integrado de armas	20%	10.434	(2.545)	7.889	5.547
Máqs e equips - Reducing and refocusing	20%	2.400	(960)	1.440	1.920
Máqs e equips - Respeito a vida	20%	15.492	(3.825)	11.667	14.767
Comps e perifs - Aliança OSF	20%	-	-	-	19.454
Comps e perifs - TDH armas estrangeiras	20%	-	-	-	6.775
Comps e perifs - Armas desviadas	20%	-	-	-	3.548
Comps e perifs - Aripuanã	20%	-	-	-	3.246
Comps e perifs - Rede Liberdade - Laudes	20%	8.312	(416)	7.896	-
Comps e perifs - Frente de Armas - FORD	20%	3.542	(944)	2.598	-
Comps e perifs - Democracia e segurança Pública - NED	20%	13.234	(2.323)	10.911	-
Comps e perifs - Rede Liberdade - NED	20%	13.022	(434)	12.588	-
Móveis e Utensílios - Democracia e segurança Pública - NED	10%	1.300	(108)	1.192	-
Total	-	722.083	(522.468)	199.615	221.863

Ativo imobilizado - sem Restrição

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2020	Adição/(Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2020	Adição/(Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Móveis e utensílios	137.627	-	-	137.627	-	-	137.627
Instalações	48.963	-	-	48.963	-	-	48.963
Computadores e periféricos	173.829	-	5.498	179.327	11.881	38.894	230.102
Máquinas e equipamentos	81.241	-	-	81.241	1.757	-	82.998
Benfeitoria em imóveis de terceiros	154.657	-	-	154.657	-	-	154.657
Total	596.317	-	5.498	601.815	13.638	38.894	654.347

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2020	Adição/(Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2020	Adição/(Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Móveis e utensílios	(73.715)	(14.040)	-	(87.755)	(13.934)	-	(101.689)
Instalações	(48.616)	(146)	-	(48.762)	(147)	-	(48.909)
Computadores e periféricos	(163.325)	(6.232)	(1.191)	(170.748)	(5.922)	(9.444)	(186.114)
Máquinas e equipamentos	(53.764)	(6.394)	-	(60.158)	(6.162)	-	(66.320)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(27.691)	(40.095)	-	(67.786)	(40.095)	-	(107.881)
Total	(367.111)	(66.907)	(1.191)	(435.209)	(66.260)	(9.444)	(510.913)

Ativo imobilizado - com Restrição

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2020	Adição / (Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2020	Adição / (Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Máqs e equips - Modelo integrado de armas	-	6.526	-	6.526	3.908	-	10.434
Máqs e equips - Reducing and refocusing	-	2.400	-	2.400	-	-	2.400
Máqs e equips - Respeito a vida	-	15.492	-	15.492	-	-	15.492
Comps e perifs - Na medida	5.498	-	(5.498)	-	-	-	-
Comps e perifs - Aliança OSF	-	20.193	-	20.193	-	(20.193)	-
Comps e perifs - TDH armas estrangeiras	-	7.670	-	7.670	-	(7.670)	-
Comps e perifs - Armas desviadas	-	3.608	-	3.608	-	(3.608)	-
Comps e perifs - Aripuanã	-	3.541	-	3.541	-	(3.541)	-
Comps e perifs - Rede Liberdade - Laudes	-	-	-	-	8.312	-	8.312
Comps e perifs - Frente de Armas - FORD	-	-	-	-	3.542	-	3.542
Comps e perifs - Democracia e segurança Pública - NED	-	-	-	-	13.234	-	13.234
Comps e perifs - Agenda Municipal	-	-	-	-	3.883	(3.883)	-
Comps e perifs - Rede Liberdade - NED	-	-	-	-	13.022	-	13.022
Móveis e Utensílios - Democracia e segurança Pública - NED	-	-	-	-	1.300	-	1.300
Total	5.498	59.430	(5.498)	59.430	47.201	(38.895)	67.736

Instituto Sou da Paz
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2020	Adição / (Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2020	Adição / (Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Máqs e equips - Modelo integrado de armas	-	(979)	-	(979)	(1.566)	-	(2.545)
Máqs e equips - Reducing and refocusing	-	(480)	-	(480)	(480)	-	(960)
Máqs e equips - Respeito a vida	-	(725)	-	(725)	(3.100)	-	(3.825)
Comps e perifs - Na medida	(367)	(824)	1.191	-	-	-	-
Comps e perifs - Aliança OSF	-	(739)	-	(739)	(4.038)	4.777	-
Comps e perifs - TDH armas estrangeiras	-	(895)	-	(895)	(1.534)	2.429	-
Comps e perifs - Armas desviadas	-	(60)	-	(60)	(722)	782	-
Comps e perifs - Aripuanã	-	(295)	-	(295)	(708)	1.003	-
Comps e perifs - Rede Liberdade - Laudes	-	-	-	-	(416)	-	(416)
Comps e perifs - Frente de Armas - FORD	-	-	-	-	(944)	-	(944)
Comps e perifs - Democracia e segurança Pública - NED	-	-	-	-	(2.323)	-	(2.323)
Comps e perifs - Agenda Municipal	-	-	-	-	(453)	453	-
Comps e perifs - Rede Liberdade - NED	-	-	-	-	(434)	-	(434)
Móveis e Utensílios - Democracia e segurança Pública - NED	-	-	-	-	(108)	-	(108)
Total	(367)	(4.997)	1.191	(4.173)	(16.826)	9.444	(11.555)

7.2 Intangível

Saldos	2021			2020	
	Taxas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Software	20%	33.593	(33.593)	-	-
Marcas e Patentes	-	-	-	-	620
Total	-	33.593	(33.593)	-	620

Ativo intangível - Sem Restrição

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2020	Adição/(Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2020	Adição / (Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Software	33.593	-	-	33.593	-	-	33.593
Marcas e Patentes	620	-	-	620	(620)	-	-
Total	34.213	-	-	34.213	(620)	-	33.593

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2020	Adição/(Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2020	Adição/(Baixa)	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Software	(33.593)	-	-	(33.593)	-	-	(33.593)
Total	(33.593)	-	-	(33.593)	-	-	(33.593)

8 Obrigações trabalhistas e tributárias

	2021	2020
Obrigações previdenciárias (INSS)	50.207	65.703
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	21.922	65.979
Impostos e contribuições a recolher (PIS, COFINS e ISS)	5.150	4.039
Outros impostos a recolher (ISS e CS retida na fonte)	1.842	3.813
Provisões trabalhistas (a)	286.479	272.177
Total	365.600	411.711

- (a) O saldo inclui provisões sobre férias, FGTS e INSS.

9 Outras contas a pagar

	2021	2020
–COFINS a Recolher (a)	41.575	41.575
Contas a pagar - PSC (b)	46.458	46.458
Contas a pagar - reincidência (b)	81.748	81.748
Total	169.781	169.781

- (a) O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar extraordinário, e efetuou recolhimento em juízo, por meio de depósitos judiciais, enquanto aguarda o resultado da discussão judicial. Vide detalhamento do andamento do processo conforme nota explicativa nº 11.c.
- (b) Refere-se aos valores de recursos renascentes após encerramento dos projetos “PSC” e “Reincidência” que foram transferidos para o administrativo do Sou da Paz, até a aprovação das prestações de contas, para a então devolução ou doação para as atividades do Instituto. Esses valores não são passíveis de correção.

10 Obrigações para projetos não realizados

a. Saldos e movimentações dos recursos vinculados a projetos

A seguir estão apresentados os projetos em andamento no exercício, recursos recebidos pelo Instituto, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Descrição projeto	Saldos em 2020	Contratação de novos projetos	Receitas financeiras	Transferência de imobilizado para o ISDP	Consumo (a)	Saldos em 2021
GTI Rede de Proteção Integrada - FUMCAD (b)	53.423	-	2.055	-	(260)	55.218
EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF	56.187	-	427	(3.430)	(53.184)	-
Aripuanã Cidade Segura - NEXA	4.306	20.000	-	(2.538)	(21.768)	-
Rede Liberdade (Aliança) - OSF	20.494	-	-	(15.416)	(5.078)	-
Modelo Integrado de Controle de Armas - OSF	310.621	-	8.063	-	(207.067)	111.617
<i>Reducing And Refocusing Detention</i> - FBDH/OAK	52.731	218.956	4.198	-	(252.118)	23.767
Diretrizes Nacionais de Investigação de Homicídios - HADDAD	175.362	144.924	6.817	-	(231.963)	95.140
Rede Liberdade - LAUDES	361.359	-	4.655	-	(358.729)	7.285
Respeito à Vida - AMBEV	15.057	-	8	-	(3.188)	11.877
Armas Estrangeiras - TdH	(27.302)	35.454	10	(5.241)	(2.921)	-
<i>Advocacy</i> no Poder Legislativo - LAFER	11.260	149.676	1.822	-	(162.758)	-
Rede Liberdade - OSF	465.467	-	6.351	-	(470.987)	831
Democracia e Segurança Pública - NED	131.473	463.301	5.002	-	(357.914)	241.862
Policiais Candidatos – OSF	343.918	-	5.698	-	(285.727)	63.889
Projeto Frente de Armas - FORD	159.678	168.227	6.391	-	(258.440)	75.856
Rede Liberdade Defendendo Direitos Humanos - NED	135.117	223.267	3.619	-	(347.946)	14.057
Pesquisa Armas Desviadas - ITAÚ	29.077	-	-	(2.826)	(26.251)	-
Enfrentamento e Prevenção à COVID-19 - OSF	7.487	-	-	-	(7.487)	-
Rede de Liberdade - Ação Civil Pública - ICS	-	25.000	-	-	(2.902)	22.098
Rede de Jornalistas – TdH	-	52.869	302	-	(7.282)	45.889
Outros	7.011	-	-	-	-	7.011
Total passivo	2.312.726	1.501.674	55.418	(29.451)	(3.063.970)	776.397

Instituto Sou da Paz
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021

Descrição projeto	Saldos em 2019	Contratação de novos projetos	Receitas Financeiras	Consumo (a)	Saldos em 2020
GTI Rede de Proteção Integrada – FUMCAD (b)	52.720	-	927	(224)	53.423
EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF	90.571	-	724	(35.108)	56.187
Aripuanã Cidade Segura - NEXA	(39.572)	140.000	-	(96.122)	4.306
Aliança (OSF)	285.719	38.400	3.763	(307.388)	20.494
Modelo Integrado de Controle de Armas - OSF	243.405	212.120	3.040	(147.944)	310.621
<i>Reducing And Refocusing Detention</i> - FBDH/OAK	218.712	-	2.328	(168.309)	52.731
Diretrizes Nacionais de Investigação de Homicídios - HADDAD	-	246.153	3.156	(73.947)	175.362
Rede Liberdade - LAUDES	-	572.850	656	(212.147)	361.359
Respeito à Vida - AMBEV	-	213.578	1.671	(200.192)	15.057
Armas Estrangeiras - TdH	-	89.344	252	(116.898)	(27.302)
<i>Advocacy</i> no Poder Legislativo - LAFER	-	70.444	446	(59.630)	11.260
Rede Liberdade - OSF	-	661.091	3.726	(199.350)	465.467
Democracia e Segurança Pública - NED	-	131.884	234	(645)	131.473
Policiais Candidatos – OSF	-	350.324	875	(7.281)	343.918
Projeto Frente de Armas - FORD	-	159.688	336	(346)	159.678
Rede Liberdade Defendendo Direitos Humanos - NED	-	160.736	397	(26.016)	135.117
Pesquisa Armas Desviadas - ITAÚ	-	60.000	-	(30.923)	29.077
Enfrentamento e Prevenção à COVID-19 - OSF	-	10.000	-	(2.513)	7.487
Plataforma Segurança Pública ES - BID	10.076	19.100	131	(29.307)	-
Na Medida (FUMCAD)	52.194	353.596	1.704	(407.494)	-
Outros	7.011	-	-	-	7.011
Total 2020	920.836	3.489.308	24.366	(2.121.784)	2.312.726

- (a) Consumo inclui as receitas operacionais líquidas com restrição compostas pelas receitas de projetos restritos no montante de R\$ 3.008.552 (R\$ 2.097.418 em 31 de dezembro de 2020) e as receitas financeiras - com restrição no montante de R\$ 55.418 (R\$ 24.366 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) O projeto GTI Rede de Proteção Integrada - FUMCAD, Termo de Fomento nº 068/2018/SMDHC, foi finalizado no ano de 2019 e o saldo remanescente em conta deverá ser transferido para a conta institucional após o processo de análise final de Prestação de Contas por parte do FUMCAD.

b. Custos e despesas operacionais com a execução de projetos restritos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.11(ii), os custos e despesas incorridos são empregados na medida da execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2021, os projetos estão apresentados abaixo, sendo que as descrições das naturezas dos principais projetos estão divulgadas na nota explicativa nº 1.

Projeto	Despesas com pessoal	Depreciação	Serviços de terceiros	Transporte/Alimentação/Viagens	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras	Custos compartilhados	Resultado 2021
GTI Rede de Proteção Integrada - FUMCAD	-	-	-	-	-	260	-	260
EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF	-	453	29.943	-	1.066	563	21.159	53.184
Aripuanã Cidade Segura - NEXA	-	709	-	2.064	-	319	18.676	21.768
Rede Liberdade (Aliança) - OSF	-	4.038	-	-	1.033	7	-	5.078
Modelo Integrado de Controle de Armas - OSF	-	1.566	3.000	-	399	1.837	200.265	207.067
Reducing And Refocusing Detention - FBDH/OAK	-	480	147.871	-	339	2.220	101.208	252.118
Diretrizes Nacionais de Investigação de Homicídios - HADDAD	-	-	157.471	450	880	1.709	71.453	231.963
Rede Liberdade - LAUDES	5.451	416	316.612	4.248	5.879	2.384	23.739	358.729
Respeito à Vida - AMBEV	-	3.098	-	-	-	90	-	3.188
Armas Estrangeiras - TdH	-	1.534	-	-	-	1.387	-	2.921
Advocacy no Poder Legislativo - LAFER	-	-	43.035	87	1.523	1.125	116.988	162.758
Rede Liberdade - OSF	12.945	-	395.290	6.051	13.091	3.742	39.868	470.987
Democracia e Segurança Pública - NED	-	2.432	134.624	-	4.982	2.981	212.895	357.914
Policiais Candidatos - OSF	-	-	176.475	-	-	1.458	107.794	285.727
Projeto Frente de Armas - FORD	1.838	944	98.001	-	1.200	2.617	153.840	258.440
Rede Liberdade Defendendo Direitos Humanos - NED	37.188	434	268.536	10.889	3.487	2.558	24.854	347.946
Pesquisa Armas Desviadas - ITAÚ	-	722	-	-	110	196	25.223	26.251
Enfrentamento e Prevenção à COVID-19 - OSF	-	-	-	7.060	-	-	427	7.487
Rede de Liberdade - Ação Civil Pública - ICS	-	-	1.250	-	-	1.652	-	2.902
Rede de Jornalistas - TdH	-	-	-	-	-	314	6.968	7.282
Total	57.422	16.826	1.772.108	30.849	33.989	27.419	1.125.357	3.063.970

Instituto Sou da Paz
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021

Projeto	Despesa com pessoal	Programa alimentação	Horas e custos Compartilhadas	Serviços de terceiros	Transportes	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras	Resultado 2020
GTI Rede de Proteção Integrada - FUMCAD	-	-	-	-	-	-	224	224
EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF	-	-	29.240	3.825	-	-	2.043	35.108
Aripuanã Cidade Segura - NEXA	-	-	53.174	39.686	173	747	2.342	96.122
Plataforma Segurança Pública ES – (BID)	-	-	14.939	-	189	9.432	4.747	29.307
Aliança –(OSF)	-	4.099	37.561	213.858	893	48.431	2.546	307.388
Na Medida FUMCAD	-	20.555	249.799	64.480	939	71.370	351	407.494
Modelo Integrado de Controle de Armas - OSF	-	-	144.947	247	-	979	1.771	147.944
Reducing And Refocusing Detention - FBDH/OAK	-	-	137.593	26.992	-	2.562	1.162	168.309
Respeito à Vida - AMBEV	-	-	189.374	7.205	-	1.899	1.714	200.192
Diretrizes Nacionais de Investigação de Homicídios - HADDAD	-	-	38.896	33.121	-	-	1.930	73.947
Rede Liberdade - LAUDES	2.540	1.419	34.720	163.016	-	2.418	8.034	212.147
Armas Estrangeiras - TdH	-	-	113.503	609	-	895	1.891	116.898
Advocacy no Poder Legislativo - LAFER	-	-	44.969	14.224	-	-	437	59.630
Rede Liberdade - OSF	8.649	3.056	24.917	158.117	-	822	3.789	199.350
Policiais Candidatos - OSF	-	-	-	5.774	-	-	1.507	7.281
Democracia e Segurança Pública - NED	-	-	-	-	-	100	545	645
Pesquisa Armas Desviadas - ITAÚ	-	-	30.332	480	-	60	51	30.923
Defendendo Direitos Humanos– NED	-	1.659	4.626	19.500	-	-	231	26.016
Projeto Frente de Armas - FORD	-	-	-	180	-	-	166	346
Enfrentamento e Prevenção à COVID-19 - OSF	-	-	-	2.258	-	-	255	2.513
Total 2020	11.189	30.788	1.148.590	753.572	2.194	139.715	35.736	2.121.784

c. Receitas diferidas

	2021	2020
Open Society Foundations	71.762	932.856
Total	71.762	932.856
Circulante	71.762	861.094
Não circulante	-	71.762

O contrato firmado com a Open Society Foundations possui prazo determinado para aplicação dos recursos recebidos sendo encerrado em janeiro de 2022.

11 Provisão para contingências

O Instituto, no curso normal de suas atividades, está sujeito à processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto não possuía processos judiciais em aberto de naturezas tributária, trabalhista e cível com risco de perda provável.

Os valores das contingências classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos do Instituto para os processos judiciais em aberto de naturezas tributária e trabalhista no montante de R\$ 6.044.670 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.974.668 em 31 de dezembro de 2020) não estão provisionados, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

a. Depósitos judiciais

O Decreto nº 8.426/2015 de julho de 2015, instituiu a incidência da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as Receitas Financeiras à alíquota de 4%. Entretanto, o Instituto optou por discutir judicialmente este tributo com base em orientações de sua assessoria jurídica (mandado de segurança n. 0025521-33.2015.4.03.6100). Desta forma, o Instituto passou a efetuar, a partir de julho de 2015, os recolhimentos da COFINS através de depósito judicial, referente aos períodos de agosto de 2015 a dezembro de 2016 às contas de cada referido projeto. O processo em 08/04/2019 teve seus Autos Sobrestados, ou seja, o andamento foi suspenso, até o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de repercussão geral sobre a mesma matéria discutida. A partir de janeiro de 2017, por determinação da Administração, estão sendo feitos os recolhimentos para o fisco federal.

Em 23/02/2021 e 26/04/2021, o Instituto realizou depósitos judiciais, desta vez relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (item “b” desta nota explicativa) nos valores de R\$ 76.463 e R\$ 898.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 122.771 (R\$ 45.410 em 31 de dezembro 2020).

b. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

O Instituto, em razão de sua natureza de entidade sem fins lucrativos de assistência social, requereu perante a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 20 de agosto de 2008, pedido de reconhecimento de sua imunidade tributária ao Imposto sobre Serviços (ISS), com base no art. 150, VI, “c” da Constituição Federal.

O pedido de reconhecimento da imunidade, autuado sob o nº 2008-0.308.088-0, tramitou na esfera administrativa e já foi concluído, com decisão final pelo reconhecimento da imunidade tributária do Instituto para parte de suas receitas (enquadradas nos códigos 02097 e 05762), não sendo reconhecida a imunidade apenas para as receitas enquadradas, pela própria Prefeitura, no código 03115, consideradas como receitas oriundas de serviços de consultoria.

Durante a tramitação do pedido de imunidade descrito acima, o Fisco autuou o Instituto referente aos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2012, 2013 e 2014, para evitar a decadência referente aos eventuais débitos.

Em relação aos anos de 2008, 2009 e 2010 (Autos de Infração n. 006.681.552-5 - 2008 (ISS), 006.695.368-5 - 2009 (ISS) e 006.710.701-0 - 2010 (ISS)), o Instituto apresentou defesas e recursos administrativos, mas as cobranças foram mantidas pela Prefeitura de São Paulo. Por essa razão, em 21.02.2019 foi ajuizada uma ação judicial buscando o cancelamento desses débitos (Processo n. 1007991-84.2019.8.26.0053), sendo que em 06/06/2019 foi proferida sentença acolhendo o pedido, determinando o cancelamento integral das cobranças. A sentença foi posteriormente confirmada por acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 17/02/2021. Em setembro de 2021 a Prefeitura de São Paulo recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas em abril de 2022 o STJ proferiu acórdão negando provimento ao recurso da Prefeitura. Em 14/06/2022 a Prefeitura apresentou recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF), última instância de julgamento. Estamos aguardando o julgamento do recurso interposto. O valor atualizado total desses autos de infração é de R\$ 436.515.

Em relação ao ano de 2012 (Autos de Infração n. 006.738.080-8 (ISS), 006.738.081-6 (OA), 006.738.270-3 (OA) e 006.738.273-8 (OA)), o Instituto apresentou defesas e recursos administrativos, mas as cobranças foram mantidas pela Prefeitura de São Paulo. Por essa razão, em 13.01.2021 foi ajuizada uma ação judicial buscando o cancelamento desses débitos (Processo n. 1001452-34.2021.8.26.0053), sendo que em 29.01.2021 foi proferida decisão deferindo o pedido liminar, para suspender a cobrança do AIIM n. 6.738.080-8. Em relação aos demais AIIMs, o Instituto, no dia 23/02/2021, realizou depósito judicial no valor de R\$ 76.463 para suspender a cobrança desses lançamentos. Posteriormente, em 26/04/2021, o Instituto realizou um depósito judicial complementar no valor de R\$ 898. Em março de 2022 foi proferida sentença acolhendo parcialmente o pedido, para cancelar o AIIM n. 006.738.080-8 (ISS), mas para manter a cobrança dos AIIMS n. 006.738.081-6 (OA), 006.738.270-3 (OA) e 006.738.273-8 (OA). Em abril de 2022 foi interposto recurso pelo Instituto, sendo que o recurso foi julgado em junho de 2022 e acolhido parcialmente, nos seguintes termos: (i) foi confirmado o cancelamento do AIIM n. 006.738.080-8 (ISS); (ii) foi cancelado o AIIM n. 006.738.081-6 (OA); (iii) foi confirmada a exigência de pagamento dos AIIMs 006.738.270-3 (OA) e 006.738.273-8 (OA); foi mantida a multa processual aplicada pela sentença em 2% do valor da causa (valor estimado em R\$ 13.772,44). O valor atualizado total desses autos de infração é de R\$ 688.622. Mesmo com esse resultado mais favorável ao Instituto após o julgamento do recurso, e considerando todas as peculiaridades do caso concreto, os assessores jurídicos entendem que seja recomendável é manter a classificação de perda como “possível” para todas as discussões.

Em relação aos anos de 2013 e 2014 (Autos de Infração n. 006.746.804-7 (ISS), 006.746.805-5 (ISS), 006.746.806-3 (OA), 006.746.807-1 (OA), 006.746.808-0 (OA) e 006.746.809-8 (OA)), foi apresentada impugnação, protocolada em 10/12/2015 à Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo. Em junho de 2022, o Instituto foi oficialmente intimado da decisão administrativa da divisão de julgamento que acolheu a impugnação apresentada e determinou o cancelamento dos autos de infração. Essa decisão, em razão do valor envolvido, está sujeita ao reexame necessário - ou seja, a matéria será novamente analisada pelo Conselho Municipal de Tributos. Posteriormente, a decisão do reexame necessário poderá ser objeto de um recurso de revisão, que seria o último recurso cabível. Caso confirmada em definitivo a decisão, o débito objeto do processo será anulado definitivamente. Os valores atualizados somam R\$ 4.919.533.

c. COFINS

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8.426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para COFINS pela alíquota de 4%,. Define a Lei nº 10.637/02, em seu art. 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu art. 10, que as pessoas jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições. Assim, por não haver tratamento específico, as pessoas jurídicas isentas, como o Instituto, se sujeitariam ao regime não cumulativo e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz a alíquota de 4% para COFINS. Visto que, conforme art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo em 10/12/2015, com pedido de liminar extraordinário, tendo como base: inconstitucionalidade da instituição do tributo, com base na imunidade, respaldada no art. 195, § 7º da Constituição Federal, amparada pelo art. 3º da Lei nº 8.742/93 — Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Desde o dia 23/05/2019 o processo encontra-se sobrestado (suspensão), sem novos andamentos, aguardando que o Presidente do TRF3 aplique no processo o precedente fixado pelo STF no RE n. 1.043.313/RS, onde se reconheceu a constitucionalidade da cobrança. Assim que essa decisão for tomada pelo Presidente do TRF3, será rejeitado o recurso do Instituto e os autos serão remetidos à primeira instância, ocasião em que a União certamente solicitará o levantamento, em seu favor, dos depósitos judiciais. Após essa providência, os autos irão ao arquivo.

12 Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelo superávit e/ou déficit acumulados. O saldo do patrimônio social será aplicado em projetos e também na manutenção do Instituto nos exercícios futuros e não poderá ser distribuído entre os doadores, diretores, instituidores, benfeitores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente.

Na hipótese de dissolução do Instituto, seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, qualificada nos termos de lei vigente, aplicável a entidades sem fins lucrativos, e que, preferencialmente, tenha o mesmo objeto social do Instituto.

13 Remuneração da Administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho, portanto, a remuneração dos membros da Diretoria Executiva é valorizada e registrada como trabalho voluntário, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.c, sendo que o valor em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 55.054 (R\$ 49.762 em 31 de dezembro de 2020). O Instituto não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

14 Receitas operacionais - sem restrições

	2021	2020
Contribuições do exterior (a)	1.870.453	1.831.441
Contribuições pessoas jurídicas	1.780.683	1.976.606
Contribuições pessoas físicas	711.500	865.871
Receita com doações de bens	29.451	-
Receita líquida de serviços (b)	<u>81.158</u>	<u>-</u>
Total receitas operacionais	4.473.245	4.673.918
Receita com trabalho voluntário e gratuidades (notas explicativas nº 3.11 (iii) e nº 15)	<u>79.647</u>	<u>57.169</u>
Total receita com trabalho voluntário e gratuidades	79.647	57.169
Total	4.552.892	4.731.087

- (a) Contribuições no exterior referem-se aos valores recebidos a título de captação de recursos para fins institucionais, provenientes de financiadores de outras organizações ou empresas com sede no exterior.
- (b) De acordo com o seu Estatuto Social, item V artigo 14, o ISDP pode prestar serviços a terceiros, o que ocorreu de forma pontual não sendo uma receita recorrente.

15 Custos e despesas operacionais - sem restrição

	2021	2020
Despesas com pessoal (a)	(1.883.870)	(1.811.624)
Despesas gerais e administrativas (b)	(1.041.139)	(1.170.525)
Provisão para perda de ativo contingente (nota explicativa nº 5.c)	(4.500)	(784)
Despesas com trabalho voluntário e gratuidades (nota explicativa nº 14)	<u>(79.647)</u>	<u>(57.169)</u>
Total	(3.009.156)	(3.040.102)

a. Despesas com pessoal

	2021	2020
Salários	(1.616.453)	(1.571.281)
13º salário	(143.117)	(130.375)
Férias	(212.281)	(199.670)
INSS	(495.678)	(483.062)
FGTS	(174.232)	(154.120)
PIS	(18.277)	(17.395)
Benefícios sociais (vales transporte e refeição, assistência médica, e outros)	(341.065)	(239.262)
Rateio de despesas compartilhadas com projetos (a)	<u>1.117.233</u>	<u>983.541</u>
Total	(1.883.870)	(1.811.624)

b. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços de terceiros (d)	(420.543)	(291.417)
Despesa com ocupação (c)	(341.443)	(358.537)
Viagens	(5.408)	(1.692)
Depreciação	(66.260)	(66.908)
Despesa com doações (b)	-	(360.593)
Despesas com comunicação	(111.253)	(33.896)
Outras despesas	(96.232)	(77.153)
Rateio de despesas compartilhadas com projetos (a)	-	19.671
Total	<u>(1.041.139)</u>	<u>(1.170.525)</u>

- (a) A Administração do Instituto efetua o rateio do custo e despesas administrativas sobre os projetos em curso de acordo com critérios definidos em análises qualitativas e quantitativas sobre a realização de cada projeto, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.
- (b) Em 31 de dezembro de 2020 as doações se referem substancialmente a R\$ 144.230 por repasse ao Instituto Igarapé conforme Contrato de Doação Projeto Todos Pela Segurança e pela doação em máscaras no valor de R\$ 210.594 adquiridas da Empresa Tip Top e distribuídas para Organizações Assistenciais que prestam serviços à comunidade da Brasilândia.. Não houve doações em 2021.
- (c) As despesas com ocupação referem-se a despesas com aluguel, condomínio, IPTU, telefone, internet, energia elétrica, limpeza e conservação, entre outras.
- (d) As despesas de serviços de terceiros referem-se substancialmente à consultorias (R\$ 185.026), honorários contábeis (R\$ 71.608), honorários advocatícios (R\$ 43.160), consultorias em informática (R\$ 71.310), entre outras.

c. Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou pro-bono

	2021	2020
Conselheiros	55.054	49.762
Serviços recebidos em gratuidade (a)	<u>24.593</u>	<u>7.407</u>
Total	<u>79.647</u>	<u>57.169</u>

- (a) Durante o exercício o Instituto reconheceu como gratuidade recebida valores relacionados a gastos incorridos no acompanhamento de votações e reuniões.

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução CFC nº 1.409/2012, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As gratuidades e trabalhos voluntários ou pro-bono identificados pela Administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2021 e 2020, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de "Receitas com trabalho voluntário e gratuidades" e "Despesas com trabalho voluntário e gratuidades".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o Instituto estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido, a Administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, no qual as informações sobre o custo dos serviços são amplamente divulgadas ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e a complexidade das operações do Instituto.

16 Receitas e despesas financeiras - sem restrições

Receitas financeiras	2021	2020
Aplicações financeiras	227.719	84.283
Total	227.719	84.283
Despesas financeiras	2021	2020
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF Sobre Rendimento Financeiro)	(13.554)	(4.363)
Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)	(18.785)	(5.162)
Multa de mora	(6.077)	(19)
Tarifas bancárias	(9.795)	(11.663)
Outras despesas	(3.333)	(2.627)
Total	(51.544)	(23.834)

17 Receitas financeiras - com restrições

	2021	2020
Rede Liberdade (Aliança) - OSF	-	3.763
EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF	427	724
Na Medida - FUMCAD	-	1.704
<i>Reducing and Refocusing Detention</i> - FBDH/OAK	4.198	2.328
Modelo Integrado Controle de Armas - BID	-	131
Respeito à Vida - AMBEV	8	1.671
Armas Estrangeiras - TdH	10	252
Diretrizes Nacionais de Investigação de homicídios - Haddad	6.817	3.156
GTI Rede de Proteção Integrada - FUMCAD	2.055	927
Projeto Frente de Armas - FORD	6.391	336
Rede Liberdade Defendendo Direitos Humanos - NED	3.619	397
Democracia e Segurança Pública - NED	5.002	234
<i>Advocacy</i> no Poder Legislativo - LAFER	1.822	446
Modelo Integrado Controle de Armas - OSF	8.063	3.040
Policiais Candidatos - OSF	5.698	875
Rede Liberdade - OSF	6.351	3.726
Rede Liberdade - LAUDES	4.655	656
Rede de Jornalistas - TdH	302	-
Total	55.418	24.366

Os valores registrados nesta rubrica referem-se às receitas de rendimento de aplicações financeiras registradas na rubrica “recursos vinculados a projetos como divulgado na nota explicativa nº 10.a.

18 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- ISSQN
- COFINS sobre as receitas próprias

O Instituto não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do Lalur, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, às quais o Instituto está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas Autoridades Fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos à revisão por Autoridades Fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

IRPJ e CSLL

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o art. 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e Lei nº 9.532/97.

ISS

O Instituto é isento do pagamento de ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com a Lei nº 10.833/03.

COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03. A partir de 1º de julho de 2015, passou a incidir COFINS sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

PIS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada exclusivamente sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

19 Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Instituto.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Instituto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, sendo eles outras contas a receber e fornecedores, estão classificados como empréstimos e recebíveis.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não detém instrumentos financeiros derivativos.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Instituto caso um doador ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Instituto e representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus doadores. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de doadores. Desta forma, o Instituto não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.485.837	4.686.849
Recursos vinculados a projetos	5	738.338	2.284.040
Outros créditos	6	<u>80.705</u>	<u>70.219</u>
		<u>6.304.880</u>	<u>7.041.108</u>

Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

A política de gestão de risco corporativo determina que o Instituto avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. o Instituto possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Contas a receber

O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pelas contraprestações provenientes de emissão do recebimento dos projetos junto a seus financiadores. Não há concentração de risco de crédito no nosso modelo das atividades do Instituto.

Outros créditos

De modo geral, o risco de crédito de outras contas a receber é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, o Instituto avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral do Instituto é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que o Instituto não tem risco de liquidez.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Instituto.

e. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nas taxas de juros que incidem sobre seus ativos e passivos. O Instituto mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados do portal de projeções do Bradesco de Longo Prazo, com data-base de 31 de dezembro de 2022, indicava uma taxa mediana estimada em 13,15%. O Instituto realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50%, cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

	Cenário Real	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Caixa e equivalentes			
Aplicações financeiras	5.336.211	6.213.351	6.388.779
Taxa anual estimada do CDI	4,42%	3,31%	2,21%
Efeito anual no caixa líquido	701.712	877.140	1.052.568

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDB e fundo de renda fixa.

f. Gestão de capital

Os objetivos do Instituto ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Instituto para cumprir com seus objetivos descritos na nota explicativa nº 1. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Instituto pode rever a política de pagamento de contribuições dos doadores e reduzir, por exemplo, o nível de gastos e endividamento.

g. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro do Instituto. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

h. Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para fins de divulgação, caso o Instituto tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores, por nível de hierarquia do valor justo:

	Classificação	Hierarquia de valor justo	2021	2020
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível B	149.626	92.726
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível B	5.336.211	4.594.123
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Nível B	80.705	70.219
			5.566.542	4.757.068
Passivos				
	Classificação			
	Outros passivos financeiros			
Fornecedores	(custo amortizado)	Nível B	47.875	5.985
	Outros passivos financeiros			
Outras contas a pagar	(custo amortizado)	Nível B	169.781	169.781
			217.656	175.766

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

20 Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2021 e 2020.

21 Eventos subsequentes

Conforme amplamente divulgado nos principais jornais e mídias digitais, o Instituto, foi uma das organizações eleitas pela filantropa Mackenzie Scott e sua equipe de consultores para receber um valor de aporte para fortalecimento institucional. Em fevereiro de 2022, o Instituto recebeu tal doação irrestrita no valor de USD 1,200,000. A publicidade desta doação pode ser encontrada em nosso site (<https://soudapaz.org/noticias/valor-economico-mackenzie-scott-doa-r-6-mi-para-sou-da-paz-fortalecer-aco-es-contra-violencia-armada-no-brasil/>).

Além do reconhecimento pelo trabalho executado, a Administração analisou como irá aplicar este recurso que com o fechamento do câmbio atingiu o montante líquido, livre de impostos, no valor de R\$ 5.860.953 que serão revertidos para:

- Impulsionar os esforços na busca das atividades previstas no planejamento estratégico do Instituto que são a redução da impunidade de homicídios, fortalecimento e ampliação da investigação de mortes violentas em parceria com os governos estaduais e mecanismos para retirada de armas de fogo ilegais de circulação.
- mobilizar e engajar a sociedade na busca de soluções eficientes para a segurança pública por meio de formações sobre jornalismo de dados e direitos humanos para comunicadores e jornalistas comunitários e a mobilização de grupos juvenis.
- Investir no desenvolvimento da equipe com foco na diversidade.
- Construir novo plano quinquenal 2023-2027.

Tal recurso será empregado de forma responsável e estruturada para as atividades acima e sua receita será integralmente reconhecida no ano de 2022 por se tratar de uma doação ocasional, única e irrestrita.

* * *

DocuSigned by:
Carolina de Mattos Ricardo
2077FD0584774C1...
Carolina de Mattos Ricardo
Diretora Executiva

DocuSigned by:
Luciano Pereira de Almeida
386544688F4F40B...
Luciano Pereira de Almeida
Gerente Administrativo Financeiro

DocuSigned by:
David Coppola
A50AD9B48F36490...
David Coppola
Contador
CRC/SP N° 167.760/O-7